

Educação e exclusão: a contribuição da Filosofia da Educação na determinação conceptual

Avelino da Rosa Oliveira

Resumo: O artigo apresenta, inicialmente, uma parcela das discussões atuais sobre a "exclusão social", enquanto um novo paradigma que se afirma diante da nova configuração da sociedade contemporânea. Em seguida, discute essa mesma categoria a partir de Karl Marx, defendendo o ponto de vista de que esta última abordagem pode desocultar os determinantes sociais da exclusão, provendo uma rede categorial mais acurada para o enfrentamento desta antiga problemática. Por fim, a própria forma da argumentação desenvolvida busca determinar uma face da identidade da Filosofia da Educação, enquanto exercício de postura filosoficamente refletida frente às questões que permeiam a prática educacional.

Palavras chave: Filosofia da Educação, exclusão social, paradigma, Karl Marx

Abstract: Firstly, the paper presents a part of the contemporary discussions about "social exclusion" as a new paradigm which solidifies in our present society. Next, it focuses on the same category, from the point of view of Karl Marx's thought, arguing that this approach can disclose the determinants of social exclusion and provide us with a more accurate net of concepts to face this long-lasting problem. Finally, the very argumentation form developed aims to reveal one aspect of Philosophy of Education as an exercise of philosophically reflected actions upon issues of the educational praxis.

Keywords: Philosophy of Education, social exclusion, paradigm, Karl Marx

O presente artigo traz em si dois enfoques de argumentação. Por um lado, busca o enfrentamento – ainda que inicial e sem, portanto, o devido aprofundamento – da questão da exclusão social; por outro lado, o próprio exercício desenvolvido reivindica, como uma tarefa da Filosofia da Educação, a reflexão conceptual sobre uma categoria amplamen-

* Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas - UFPel

12 • Avelino da Rosa Oliveira

te utilizada – e não bem determinada – no âmbito da Educação. Assim, fazemos tenção de, simultaneamente, contribuir na árdua empresa da determinação mais acurada do conceito “exclusão” e no debate em curso no GT, sobre a identidade da Filosofia da Educação.

Dizer, pura e simplesmente, que a temática que aspiramos a investigar é a da educação-exclusão é ainda insuficiente. Os estudos a respeito da exclusão social em geral, nos dias atuais, são numerosos e, em grande parte, de qualidade. Quanto ao caso específico de sua incidência na questão educacional, não é outra a realidade: há um par de décadas o termo é recidivo, especialmente em pesquisas de base empírica, seja naquelas que partem de um quadro ampliado – como as estribadas em dados censuais –, seja nas que partem de experiências mais localizadas – como as que procedem da sala de aula. Não é este tipo de abordagem, entretanto, que pretendemos desenvolver. O que buscamos, isto sim, é uma investigação que possibilite embasamento conceptual mais sólido para as pesquisas, particularmente no campo da educação, bem como a articulação de uma rede categorial adequada para a compreensão e intervenção nos fenômenos educativos, tendo o pensamento marxiano como eixo.

Partimos do ponto de vista de que as constantes readaptações do modelo produtor de mercadorias, associadas aos movimentos no âmbito da cultura, colocam no centro da cena deste final de século a questão da exclusão social. Ora esta se refere às minorias étnicas, ora aos segregados pela cor; por vezes aos desempregados de longa duração, outras vezes aos sem moradia; em certos casos aos que fazem opções existenciais contrárias à moral vigente, em outros aos portadores de deficiências, aos aidéticos, aos velhos ou mesmo aos jovens. Enfim, a exclusão estabelece-se como realidade incontornável nas sociedades contemporâneas. Por isto mesmo, tal quadro social desafia a educação a buscar respostas renovadas. Não é mais concebível que as ciências da educação prossigam em seus misteres clássicos sem arrostar decisivamente esta marca constitutiva de nosso tempo.

O tema, a bem da verdade, não é novo; recente é sua imissão generalizada nos mais variados campos das ciências sociais. Nas últimas décadas, vêm se tornando cada vez mais frequentes os estudos que destacam em seu temário o problema da exclusão, seja nas pesquisas da sociologia, da história, da economia, da filosofia política, da psicologia social, do direito, e do urbanismo, seja nas políticas públicas e na assistência social, ou mesmo nas mais elevadas preocupações religiosas.

Educação e exclusão: a contribuição da Filosofia da... • 13

Acompanhando este movimento aparentemente inexorável, também a educação dedica boa parte de seus esforços ao problema posto no proscênio das últimas décadas. Tanto nos estudos que buscam pôr em foco as políticas educacionais, com seus esforços investigativos em torno das políticas públicas na área da educação, das articulações entre os movimentos sociais e a cultura e educação populares, da determinação do crescimento e significação social de fenômenos como o iletrismo e o analfabetismo, quanto nas áreas de pesquisa cujos objetos são mais especificamente os diferentes grupos minoritários da sociedade, constata-se uma marcante presença da temática da exclusão.

Em todas as ciências, entretanto, raras são as abordagens que tomam como ponto de partida uma determinação conceptual acurada. Ao contrário, a questão é muitas vezes tratada como se a rede categorial que a envolve fosse já evidente e inequívoca. Todavia, examinando-se os trabalhos de diferentes autores, percebe-se que o constructo teórico que os fundamenta são freqüentemente diferentes, chegando, por vezes, à incongruência.

No presente artigo, buscamos: 1) um começo de sistematização das discussões atuais sobre a exclusão como fenômeno geral da contemporaneidade, bem como sobre suas especificidades no campo da educação; 2) uma revisita à obra de Karl Marx, sob a perspectiva temática da exclusão; 3) o entrelaçamento destas duas dimensões, identificando elementos que suportem nossa hipótese quanto à necessidade de um maior esclarecimento conceptual como pré-requisito da utilização mais profícua da categoria “exclusão” no contexto educacional, mantendo a expectativa de contribuir para a construção de um referencial teórico consistente, que possa fundar mais solidamente as investigações educacionais relacionadas ao fenômeno da exclusão.

O paradigma horizontal

Um dos enfoques encontrados na literatura contemporânea sobre a exclusão social é aquele que busca estabelecer este conceito enquanto esteio de um novo paradigma. No entanto, percorrendo uma parte da bibliografia mais recente sobre o tema da exclusão, deparamo-nos com certas controvérsias entre autores, mesmo sobre o aparecimento do termo – expressão material do conceito – no âmbito das

14 • Avelino da Rosa Oliveira

ciências sociais. Enquanto alguns afirmam com precisão o ponto de sua irrupção, outros preferem ser mais cautelosos, apontando para sua afirmação no futuro, no entanto, precisar seu aparecimento; e há ainda aqueles que buscam alertar para o fato de que seu uso, embora menos freqüente do que na atualidade, já se faz presente nas teorizações que em primeiro lugar ocuparam-se da compreensão das sociedades modernas em toda sua complexidade.

Com toda a clareza possível, DONZELOT (1996) localiza na França dos anos setenta o aparecimento do termo exclusão. Segundo este autor, o termo “exclusão” teria sido introduzido nos escritos relativos às políticas públicas através da denúncia feita por uma obra de René Lenoir quanto aos esquecidos do progresso.¹ Do mesmo modo, MERRIEN (1996), comparando o horizonte dentro do qual o termo é captado na França e nos países anglo-saxônicos, especialmente nos Estados Unidos, não deixa de fazer clara demarcação, senão sobre a data, ao menos sobre o lugar específico de nascimento do termo – a França.²

Pondo em dúvida a visão estática e a paternidade exclusiva de uma pessoa sobre um termo tão difundido como a exclusão, PAUGAM (1996) chega a nos recordar que o mesmo Lenoir confessou não ter escolhido o título de seu próprio livro – *Les Exclus, un Français sur dix*. Entretanto, mesmo relativizando a questão, não retrocede além dos anos sessenta no aparecimento desta noção.³ Numa linha semelhante de argumentação, OLIVEIRA (1997) destaca que, embora somente nos últimos anos o termo “excluídos” tenha irrompido no cenário público, sua tematização já pode ser observada entre nós nas obras de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, Lúcio Kowarick, Alba Zaluar, Hélio Jaguaribe e Cristovam Buarque.

Diante das posições entusiasmadas com a suposta novidade descoberta pelas ciências sociais das últimas décadas, FERRARO (1999) secundariza o problema da criação do termo e mesmo do conceito de “exclusão” para afirmar que fatos realmente novos são a freqüência de seu uso, sua centralidade nas análises e a “ambigüidade do seu conteúdo”. Ao retornar aos textos de Marx em busca do significado da exclusão nas áreas do trabalho, poder, ciência, arte e educação, sua expectativa é uma só: “... o resgate do uso do termo na obra de Marx talvez possa iluminar o debate atual sobre o significado e o alcance teórico e político do conceito de exclusão.” (p.1)

Uma passagem extensiva, ainda que superficial e incompleta, pela bibliografia pertinente conduz-nos, forçosamente, à confirmação da posição de FERRARO (1999). Sem dúvida, vários autores salientam a ambigüidade e confusão conceptual que cerca o problema; mas mais ainda, encontra-se de forma expressa a utilização confusa e nem ao menos admitida em textos desses últimos anos. Tomemos apenas alguns exemplos destes casos. PAUGAM (1996), introduzindo a compilação dos artigos mais recentes, sob a forma de um “estado do saber” sobre o tema da “exclusão”, insiste em expressões que confirmam a equívocidade e fluidez desse conceito.⁴ Por fim, conclui o organizador que diante de um uso por demais ampliado, em que tal conceito designa as mais diversas situações ou populações, torna-se difícil definir o que há de comum entre elas.⁵

Veja-se, entretanto, que a dificuldade conceptual nem sempre é assumida assim com tanta clareza. Por exemplo, ROCHA-COUTINHO (1995) pode ser tomada de forma modelar na seguinte expressão: “... *condição de marginalidade ou, para usar um termo mais em voga, exclusão social ...*” (p.27)

Se, por um lado, é evidente a falta de clareza em algumas formulações atuais, não se pode deixar de reconhecer o grande esforço teórico que vem sendo empreendido e os inegáveis avanços já obtidos, no sentido de uma afirmação mais precisa do conceito de “exclusão”. E é justamente no interior desta azáfama que poderemos encontrar as questões mais candentes na direção de nossa preocupação neste trabalho.

Tomemos novamente as reflexões de PAUGAM (1996) para uma aproximação do cerne da questão. Para este cientista social francês, o sentido da exclusão alterou-se nos últimos anos e hoje não se trata tanto da identificação dos grupos sociais de fato excluídos, senão do processo que conduz à exclusão.⁶

Além dessa marca de seu entrelaçamento a um processo da própria sociedade que impede a integração de certos grupos, cortando os liames da integração social, outro elemento, aceito ainda mais consensualmente que o acima exposto, deve ser incorporado à determinação do conceito de exclusão. Trata-se do ritual simbólico de que se reveste tal fenômeno. Para CASTEL (1996), este é o traço decisivo para que a noção não seja mais confundida com aquela de marginalização.⁷

É desta caracterização dada por Robert Castel que deriva uma problemática paralela e, ao mesmo tempo, decisiva para a abordagem da exclusão, a

16 • Avelino da Rosa Oliveira

saber: o estigma. Esta noção de “marca”, de “sinal infamante” é a que tem contribuído mais diretamente para que o problema dos excluídos não mais seja circunscrito às relações de classe mas, antes, passe a ser considerado sob uma ótica cultural. Sem pretender mapear integralmente o debate hodierno, deixamos de lado a bela análise levada a cabo por ROCHA-COUTINHO (1995, p.29 ss.), bem como o não menos instigante estudo de WACQUANT (1995, p.68 ss.) e fixamo-nos em apenas um exemplo que pode ser esclarecedor. DAL LAGO (1996) descreve o novo cenário da exclusão argumentando que atualmente ela já não mais se refere aos fracos, pobres, marginalizados... Na verdade, o conceito indica os grupos que ameaçam a convivência e, por isso, são tidos como “alienígenas” ou “inimigos”.⁸ Embora fazendo uma identificação objetiva dos grupos a que se pode adscriver a caracterização de “excluídos”, abre-se na argumentação uma enorme janela, advinda do emprego de termos como “alienígenas”, “inimigos”. Na verdade, é a uma dupla estigmatização que o autor se refere. De um lado, a marca do estranho, do estrangeiro, do diferente, do fora da normalidade convencional; de outro, o sinal da periculosidade, da ameaça ao estabelecido. Deste modo, o conceito tanto se mostra adequado à descrição dos grupos citados como é capaz de uma surpreendente elasticidade; tanto pode contribuir para uma mais correta interpretação dos fenômenos sociais contemporâneos, quanto possibilita a dissimulação de sua gênese. Pois é exatamente a isso que se refere OLIVEIRA (1997) ao afirmar: *“Chamar de excluído todo e qualquer grupo social desfavorecido pode levar a contra-sensos, como aplicar um mesmo conceito tanto a moradores de rua quanto a pessoas que, apesar de portadoras de deficiência física, gozam de uma situação econômica bastante confortável ...”* (p.50) Na sequência do raciocínio o autor complementa: *“Uma confusão desse tipo ... é inaceitável porque os processos de exclusão que afetam os dois grupos não têm nada em comum: nem a mesma origem nem a mesma natureza, além de não se manifestarem da mesma maneira e, com toda evidência, demandarem tratamentos bastante diferentes.”*

Chegamos, assim, ao próprio centro da questão da exclusão em nossos dias. Afinal, é ainda possível manter as categorias próprias do quadro referencial de classes sociais – como o faz OLIVEIRA (1997) –, ou necessitamos uma rede categorial outra, que responda por uma lógica absolutamente outra?

É exatamente nesse contexto da necessidade de definição mais acurada de categorias analíticas que possam dar conta da realidade

incontornável que este final de século põe diante de nossos olhos que FOUCAULD (1992), advogando a existência simultânea dos fenômenos da desigualdade e da exclusão nas sociedades atuais, levanta a pergunta pela natureza desses fenômenos e passa a apresentar as teses desenvolvidas face ao problema.⁹ Na explicitação de sua própria posição, argumenta que a primeira tese é aquela que considera a exclusão como uma forma extrema de desigualdade.¹⁰ Deste modo, continua Foucauld, não há ruptura, mas um *continuum* entre os integrados, os precarizados e os desintegrados, o que requer um tratamento dinâmico da questão da exclusão, em que o acento principal não será tanto sobre a descrição do fenômeno consumado, senão sobre os processos que a ele conduzem; não tanto sobre as ações de re-inclusão, mas sobre sua prevenção; enfim, complementamos nós, não tanto conjuntural, mas antes, estrutural. A segunda tese, entretanto, contrapõe-se a esta. É aquela defendida por Alain Touraine que afirma que desigualdade e exclusão não têm nada em comum por responderem a lógicas distintas de sociedade. A primeira está relacionada à sociedade de produção, à modernidade e à conjugação entre ator e sistema; a segunda tem a ver com o progresso da sociedade de mercado, com a modernização e com a disjunção entre ator e sistema.¹¹

O problema com esta descrição de Foucauld é que ele faz um adendo – *même si elles sont superposées* – que, no nosso modo de ver, altera substancialmente o pensamento que ele visa descrever. Seja-nos, então, permitido tomar um artigo do próprio Alain Touraine, publicado no mesmo periódico, um ano e meio antes do aparecimento daquele de Foucauld. A estratégia da argumentação de TOURAINE (1991) se dá a conhecer já pelo título de uma das seções de seu escrito – *Du vertical à l'horizontal*. Como se pode perceber, trata-se da *passagem* de um modelo a outro, do abandono de uma perspectiva de análise em favor de outra; trata-se, na verdade, de *passado e presente*. Portanto, pensamos que Foucauld injeta para dentro da perspectiva analisada uma idéia contrária à que o autor quer dar. A sinalização da existência superposta dos dois modelos não faz plenamente justiça ao ponto de vista que Touraine pretende defender. Em verdade, seu argumento parte da *afirmação* de que vivemos um momento de passagem e ajunta a isso a qualificação da passagem: do modelo vertical ao horizontal, do *up/down* ao *in/out*, da classe ao centro/periferia. Concluindo, Touraine adverte que já não há mais um modelo alternativo de sociedade, capaz de a tudo revolucionar.¹²

18 • Avelino da Rosa Oliveira

Aqui, é preciso que nos detenhamos um pouco. Em primeiro lugar, “... *le passage d'une société ... à une société ...*” não pode deixar margem a qualquer dúvida e dispensa novos comentários. Em segundo lugar, não é mais o modelo vertical, de classes o que melhor pode descrever esta nova configuração social. Agora, encontramos-nos diante de um esquema horizontal, dentro/fora, incluído/excluído. Tomemos a sério o novo modelo. Abandonemos por um momento a dimensão dos excluídos. Os “*in*” estão “*in what*”? Juntamente com o velho modelo, também o entendimento da configuração interna da esfera do centro deve ser posto à margem? Já devemos dar como definitiva a igualdade (ou desigualdade?) dos incluídos? Ou sequer devemos levantar a pergunta pelas desigualdades? Em terceiro lugar, atentemos para a astúcia da expressão “... *les gens d'en bas étaint profondément persuadés ...*”. A carga semântica sobre o termo “persuadir”, ainda mais quando empregado na voz passiva, não é desprezível, em absoluto. A associação a significados como “levar a crer”, “levar a aceitar”, “convencer”, “induzir” e “obrigar a convencer-se” veladamente imputa coação aos teóricos que têm na categoria “classe social” um importante instrumento analítico, além de redirecionar contra seus próprios autores o arsenal da “ideologia”. Trata-se, assim, não só da pura e simples afirmação de um novo modelo, mas uma afirmação em *radical oposição* a um outro. Em quarto lugar, é preciso reconhecer a mesma astúcia e mordacidade na passagem “... *les derniers tenants de ce discours ...*”. Por último, e para que enfim não reste qualquer dúvida quanto à posição de Touraine, repitamos com ele: “*Il n'y a plus de modèle alternatif, ce qui bouleverse tout.*”

Este novo modo de olhar a sociedade proposto por Touraine, estribado em categorias que fazem referência tão-somente a relações horizontais do tipo *in/out*, incluído/excluído, tem desdobramentos importantes e, tal qual um novo paradigma que se vai constituindo, aponta para novas ações válidas, em oposição às que no modelo anterior eram julgadas adequadas. Analisando o caso específico da situação atualmente dominante na França, o autor constata que as populações marginalizadas são empurradas culturalmente em direção ao centro, onde são socialmente rejeitadas. Deste modo, configura-se uma situação de assimilação cultural associada a não-integração social. Diante deste quadro, Touraine preocupa-se com o rumo que ele irá tomar e aponta para o perigo de que a situação se transforme em simultaneidade de não-assimilação cultural e

Educação e exclusão: a contribuição da Filosofia da... 19

não-integração social, determinando-se o que ele chama de um processo de “guetização”. Entretanto, há uma outra possibilidade – a de que a assimilação cultural possa acionar a integração social. Para que se encaminhem, porém, as ações capazes de estancar a ameaça do gueto, é preciso identificar os fatores que podem engendrar cada uma das situações possíveis. Assim, antes de mais nada, é fundamental que seja evitado qualquer engano quanto à natureza do problema – não se trata de um problema social e não serão as ações do tipo sindical, como as que tiveram importante papel na sociedade de produção, que o resolverão.¹³

Um segundo fenômeno típico, identificado a partir da realidade francesa, é a demanda por uma democracia local, ou seja, a possibilidade de resolver localmente os problemas locais. Diante de tal anseio, Touraine interroga-se sobre as razões que praticamente impossibilitam que ele seja satisfeito. Em primeiro lugar, porque a idéia de bem está fortemente associada à de centro, de Razão, de Universal... Em segundo lugar, porque as mobilizações sociais estão subordinadas às formas de organização derivadas do modelo de classes característico da sociedade de produção.¹⁴ Deste modo, embora admitindo que já possam ser observados progressos neste sentido, reconhece que a associação desses fatores torna-os obstáculos quase intransponíveis para a concretização da democracia local.

Retomemos os dois pressupostos para a orientação de ações que possibilitem reverter o eminente risco de guetização – o deslocamento do problema do campo social para o político e a superação das idéias de exaltação do centro e da mobilização a partir dos grupamentos típicos da sociedade de produção. Nestes princípios revelam-se, do modo mais concentrado possível, todos os elementos constituintes da posição de Alain Touraine. No quadro mais geral, sua crítica centra-se sobre a racionalidade iluminista, a partir de um viés pós-moderno; no âmbito mais específico, repudia os modelos analíticos que buscam uma compreensão ampla da sociedade e que não dão como definitiva a estrutura social ora vigente. Mais especificamente ainda, sua proposta é de contraposição ao modelo de classes e às mobilizações via movimentos sociais no campo das relações produtivas, privilegiando, ao contrário, as estratégias políticas de integração dos excluídos, sem mais.¹⁵

Eis, agora melhor localizado, o motivo de nosso problema. No campo da educação, que por algumas décadas vem sendo pesquisado a partir de

20 • Avelino da Rosa Oliveira

um quadro conceptual que gira em torno da sociedade de classes, vimos experimentando, ultimamente, uma ampla difusão, senão do modelo *in/out* com toda a claridade, pelo menos do dito “termo mais em voga” – a exclusão. Entretanto, com ARROYO (1995), preocupa-nos o seguinte:

Enquanto os reais determinantes sociais e econômicos da exclusão da cidadania continuarem ocultos, sob os escombros de tantas teorias pedagógicas tradicionais, novas e novíssimas inspiradas nessa lógica [dos pólos verticais], e não forem socavados e postos de manifesto para os profissionais da educação e para as camadas populares, não haverá condições de fazer da luta pela educação uma expressão da participação e da cidadania. (p.41)

A retomada da abordagem marxiana

Pensamos que uma leitura sistemática e aprofundada da teoria marxiana tem a capacidade de desocultar os determinantes da exclusão, demonstrando que *a exclusão está incluída na lógica do capital*. E temos razões para acreditar que é possível comprovar nossa afirmação, colaborando para um entendimento em nível mais complexo e uma conceptualização mais rigorosa dessa realidade incontestável do mundo contemporâneo e, por isso mesmo, tema recorrente e incontornável na pesquisa educacional – a exclusão. Fundamentalmente, são dois os motivos que nos levam a nutrir tal expectativa: primeiro, porque Marx trata dessa questão; segundo, porque Marx não tematiza a questão.

É inevitável que tentemos esclarecer este aparente paradoxo.

Marx trata, explicitamente, a questão da exclusão. Conforme mostra FERRARO (1999), em texto ainda inédito, contrariando as pretensões dos que afirmam situar-se nessas últimas décadas o aparecimento do termo exclusão, sua utilização pertinente já pode ser encontrada nos textos de Marx. E mais do que isso, não apenas o termo em si, como toda uma série de expressões equivalentes. Aquele autor documenta em abundância a clara e bem colocada utilização do conceito nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, nos *Grundrisse*, em *Lutas de classe na França*. Sua expectativa maior, entretanto, é de que “... o resgate do uso do termo na obra de Marx talvez possa iluminar o debate atual sobre o significado e o alcance teórico e político do conceito de exclusão.” (p.1)

Educação e exclusão: a contribuição da Filosofia da... • 21

Marx não tematiza – por ela ser da esfera do não-tematizável – a questão da exclusão. Esta não-tematização explícita, entretanto, representa sua tematização *via negationis*. O que com isto pretendemos dizer é que a leitura de Marx que já experimentamos em outras oportunidades (OLIVEIRA, 1994, 1997a) é capaz de extrair um amplo potencial crítico justamente do “avesso” da exposição marxiana. Tentemos anunciá-la. Por razões metodológicas, Marx obriga-se a uma exposição do sistema capitalista unicamente a partir da rede reflexionante imanente a seu próprio princípio organizador, ou seja, as determinações quantitativas das categorias da economia política. Persistindo rigorosamente neste caminho, evidenciam-se as deformações genéticas e as abstrações que precisam ser operadas pelo capital, a fim de que toda a realidade possa ser subsumida a sua lógica, isto é, para que ele seja confirmado como princípio onímodo de síntese social. Deste modo, as realidades que não podem ser tematizadas, ou que só podem ser tematizadas depois de já reduzidas a determinações puramente quantitativas, revelam-se, *via negationis*, como as que “não cabem” na lógica do capital, como as que resistem a seu poder, enfim, como as que podem opor-lhe resistência. Entretanto – e este é o núcleo do potencial crítico dessa teoria –, essas mesmas realidades que o capital em sua lógica precisa *excluir* de seu mundo são necessárias para a constituição genética daquelas que o determinam positivamente.¹⁶ A crítica, assim, não precisa mais contar com um parâmetro externo ao criticado.

Passemos, então, à indicação dos passos que nos parecem mais essenciais nesse trajeto. Percorrendo o conjunto da obra marxiana, percebe-se uma preocupação constante do autor em encontrar um método filosoficamente bem fundado, que lhe permitisse uma crítica consistente das mazelas engendradas pelo modo de produção capitalista. Mesmo seu primeiro escrito mais cuidadosamente elaborado – *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro* – já se constitui, sem que ele o anuncie explicitamente, numa experiência metodológica.

... dentro do tema clássico escolhido por Marx para sua tese de doutoramento – a comparação entre os atomismos de Demócrito e Epicuro – esconde-se uma segunda temática relacionada às discussões travadas no “Doktorclub”. Seu interesse verdadeiro é o de experimentar a possibilidade de explicação de uma

22 • Avelino da Rosa Oliveira

*realidade total à base de um só princípio. Ao longo da tese, ele mostra que, embora toda a história tenha considerado Epicuro tão-somente um plagiador de Demócrito, a argumentação do primeiro é mais consistente, uma vez que torna o átomo, que por ambos é tido como princípio de todo o cosmos, como **auto-explicado em si mesmo.** (OLIVEIRA, 1994, p.9)*

Deixando de lado uma boa parte do percurso marxiano, importa que nos detenhamos um pouco nos momentos em que, após a tentativa frustrada dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx gradativamente aproxima-se do refinamento metodológico pretendido. A *Miséria da Filosofia*, escrita em 1847, sem dúvida constitui-se em obra de extrema importância no sentido do que temos chamado do processo de refinamento metodológico de Marx. Na verdade, ela deve ser encarada como elemento decisivo na produção teórica do autor, representando o momento em que Marx faz profundas reflexões que marcarão radicalmente seus escritos posteriores até a sua obra máxima: *O Capital*. O que consideramos ser o principal redirecionamento metodológico de Marx a partir da *Miséria da Filosofia* constitui-se numa alteração da perspectiva de análise do capitalismo. Se nos *Manuscritos econômico-filosóficos* Marx tomara o modelo afirmativo da *Fenomenologia do Espírito*, visando “julgar” o capitalismo a partir de um parâmetro pressuposto, agora, da *Miséria da Filosofia* em diante, a tentativa será a de não mais lançar mão de qualquer pressuposto exterior ao sistema mas, ao contrário, ater-se ao modelo argumentativo de autoconstituição encontrado na *Ciência da Lógica*, de Hegel. Percebe-se, assim, o retorno da temática hegeliana por essência, a qual já fora experimentada na tese de doutoramento. Resumindo, se a argumentação que visa a crítica de um sistema que pretende subsumir toda a realidade sob suas determinações – como é o caso do capitalismo – tiver que apelar a um parâmetro de comparação externo ao mesmo para julgar suas deficiências, resta sempre a impossibilidade de validação do *metrum* empregado. Pois é exatamente esse defeito filosófico que Marx percebe na obra de Proudhon e, então, toma-a como campo de manobras para um acerto de contas com as dificuldades que ele próprio encontrara nos *Manuscritos* de 1844. É por isso mesmo que, bem mais tarde, em carta de 24 de janeiro de 1865 a J. B. Schweitzer, Marx recorda – não sem a costumeira ironia –

Educação e exclusão: a contribuição da Filosofia da... • 23

que os equívocos de Proudhon estão diretamente associados a sua incompreensão da filosofia hegeliana.¹⁷

Recentemente, tivemos a oportunidade de apresentar, no interior de uma reflexão mais ampla, um balanço do significado da Miséria da Filosofia no conjunto da produção marxiana. Retomemos, portanto, aquele texto que nos poupa uma nova elaboração.

... o novo procedimento de Marx, levado adiante a partir do enfrentamento direto da questão metodológica efetuado na Miséria da Filosofia, é uma retomada – agora bem mais amadurecida e elaborada – de temática já presente em sua tese de doutoramento. A análise comparativa das filosofias da natureza de Demócrito e Epicuro tratava, na verdade, de experimentar a possibilidade de explicação de uma totalidade à base de um só princípio. As condições necessárias para que um tal princípio possa cumprir este papel são de que seja auto-explicado em si mesmo e que tenha a capacidade, inerente à sua rede de determinações, de abranger toda a realidade. Ora, o que Marx faz agora é tomar a sério a pretensão das sociedades capitalistas modernas que atribuem ao capital a tarefa de ser este princípio auto-fundante e onímico.

A estratégia argumentativa de Marx tomou a forma da metafísica, mas não da má metafísica denunciada em Proudhon. Ao contrário, a própria crítica ao socialista francês lhe permitiu compreender que a atribuição dogmática de um princípio diferente daquele que o sistema se auto-atribui não tem possibilidade de legitimação. Desta forma, ao invés de um discurso perspectívico, Marx propõe-se a uma investigação interna do pretense poder do capital. Se este lograsse alcançar o poder que o átomo detém nas filosofias atomistas, então confirmaria-se como princípio irrefutável. Caso contrário, sua própria insuficiência revelaria as condições de sua superação. Ou então, dito de forma diferente, assumir o capital como a categoria sob cuja lógica todo o sistema se explica significou mostrar o preço a ser pago pelas sociedades capitalistas para que este princípio possa efetivar-se, ou seja, a negligência do aspecto qualitativo de toda mercadoria. No caso do homem, sua redução a

24 • Avelino da Rosa Oliveira

força de trabalho, determinação puramente quantitativa. Somente assim, enquanto quantidade, todas as coisas podem ser abarcadas pelo capital, ficando excluídas do seu cálculo – portanto, fora do sistema – todas as realidades qualitativas. Assim, compreendida enquanto argumentação negativa, a teoria de Marx mostra as forças que não conseguem ser colocadas sob a racionalidade do capital e que, portanto, são as únicas capazes de lhe opor resistência. (OLIVEIRA, 1997a, p. 118-9)

Demos agora um novo salto para nos colocarmos mais diretamente diante da obra final do percurso – *O Capital*. Neste momento, com toda a clareza metodológica, Marx dispõe-se a tomar a sério a pretensa auto-fundamentação do conceito “o capital” na expectativa de poder revelar o preço a ser pago pelas sociedades capitalistas a fim de que, com o mesmo rigor de Epicuro, toda a realidade possa ser submetida à lógica do conceito oniparente e onímodo.

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma ‘imensa coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria. (MARX, 1983-1985, v.I/1, p. 45)

No nosso entendimento, esta frase de abertura do livro *O Capital* contém em si a chave de leitura de toda a obra e já antecipa a estratégia argumentativa do autor. Nesse novo patamar metodológico o projeto é bastante simples e, ao mesmo tempo, altamente sofisticado.

... o ponto de partida é tomar o que se apresenta imediatamente à superfície das sociedades capitalistas, ou seja, a mercadoria. O fato desta aparecer como forma elementar constitutiva do capital é um engano. No entanto, este engano é evidenciado por Marx enquanto engano necessário, sob o ponto de vista do capital, porque a mercadoria é uma categoria econômica que já reduziu uma estrutura social a puras determinações econômicas. Portanto, já submeteu uma determinada relação social às condições impostas pelo princípio do capital enquanto conceptualização econômica. Desse modo, a questão central a que devemos es-

tar atentos é a demonstração de que a confirmação do capital enquanto princípio sintético das sociedades capitalistas só é possível a partir de certas pré-condições que se encontram soterradas sob a aparência elementar da mercadoria. E é exatamente a análise da mercadoria que evidencia os pontos que não podem ser discutidos dentro da rede categorial do capital e, assim, têm que ser excluídos. (OLIVEIRA, 1997a, p.137)

Dentro desta linha de reflexão, após detalhadamente proceder à análise da mercadoria, Marx finalmente revela toda a complicação que a envolve. “À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente. Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas.” (MARX, 1983-1985, v.I/1, p.70) Estas “manhas”, entretanto são desveladas, postas a nu na medida em que a exposição do sistema capitalista, enquanto totalidade concreta – síntese de múltiplas determinações –, revela que a condição de possibilidade para que o capital se auto-confirme como princípio onímico de síntese social é o desaparecimento do plano do discurso explícito – a não-tematização – de toda realidade que resista à sua lógica. Deste modo, é a própria exclusão que é apresentada como constitutivo essencial do capitalismo. Ao mesmo tempo, entendemos que aqui se encontra a contribuição importante que o retorno ao pensamento de Marx pode oferecer às discussões que hoje são travadas em torno da exclusão e das políticas educacionais. A nosso ver, “... compreendida enquanto argumentação negativa, a teoria de Marx mostra as forças que não conseguem ser colocadas sob a racionalidade do capital [sendo excluídas] e que, portanto, são as únicas capazes de lhe opor resistência.” (OLIVEIRA, 1997a, p.119)

Considerações finais

Dado o até aqui exposto, pensamos ser possível afirmar que a leitura sistemática e aprofundada da teoria marxiana tem a capacidade de desocultar os determinantes da exclusão, demonstrando que a exclusão está incluída na lógica do capital. Diante do quadro referencial encontrado numa parte da literatura contemporânea, que dá como esgotado o modelo interpretativo dito vertical (*up/down*) e que, por isso, pro-

26 • Avelino da Rosa Oliveira

põe um outro modelo – horizontal, (*in/out*) – em contraposição àquele, julgamos que a recuperação dessa leitura do conjunto da obra marxiana pode mostrar que Marx contempla não apenas as relações sociais entre as classes envolvidas no processo de produção e reprodução do sistema, mas também as relações de exclusão/inclusão. Deste modo, a investigação em torno dos vínculos de interconexão e interdependência que se estabelecem entre esses dois processos tem o potencial de oferecer os pontos de sustentação, não propriamente para a elaboração de um novo paradigma, mas para a depuração de uma rede categorial mais adequada ao enfrentamento de uma velha problemática, hodiernamente mais evidenciada e encoberta sob nova roupagem.

Por fim, a própria forma da abordagem que desenvolvemos buscou ser, em sentido já defendido no GT Filosofia da Educação (cf. FLICKINGER, 1998), um exercício concreto de “postura filosófica” no interior do próprio trabalho educativo. Em outras palavras, buscamos dar início à apropriação crítica de uma categoria com a qual operamos freqüentemente e diante da qual nem sempre temos uma “postura refletida”.

Notas

- 1 “Si l’on considère la littérature relative aux politiques sociales, le terme d’exclusion apparaît au début des années soixante-dix avec le livre de R. Lenoir qui dénonce les oubliés du progrès: malades mentaux, handicapés, vieillards...” (DONZELOT, 1996, p.88)
- 2 “... en France, où est né le terme exclusion...” (MERRIEN, 1996, p.423).
- 3 “Ce serait donc au milieu des années soixante, en période de prospérité économique, que la notion d’exclusion fit son apparition en France.” (PAUGAM, 1996, p.9)
- 4 “... le caractère équivoque de cette notion ...” (PAUGAM, 1996, p.7); “... la notion d’exclusion reste équivoque ...” (PAUGAM, 1996, p.11); e “Elle [a noção de exclusão] reste encore relativement floue ...” (PAUGAM, 1996, p.16).
- 5 “La notion d’exclusion, au fur et à mesure qu’elle se généralise, devient, en effet, de plus en plus floue et équivoque come catégorie de pensée scientifique. Elle s’est tellement banalisée que tout le

Educação e exclusão: a contribuição da Filosofia da... • 27

monde y recourt pour caractériser diverses situations ou populations dont il est parfois bien difficile de saisir ce qu'elles ont de commun.” (PAUGAM, 1996, p.17)

- 6 “On peut donc dire que l'exclusion, telle qu'on l'entend désormais officiellement, n'a plus grand-chose à voir avec la définition qu'en donnait Kanfler dans les années soixante ou Lenoir dans les années soixante-dix. Il ne s'agit plus de désigner un ou des groupes sociaux caractérisés par une exclusion de fait, mais surtout de souligner l'existence de processus pouvant conduire à ces situations extrêmes.” (PAUGAM, 1996, p.15)
- 7 “L'exclusion n'est pas la marginalisation, bien qu'elle puisse y conduire. Pour donner un minimum de rigueur à ce terme, il faut prendre en compte les procédures ritualisées qui sanctionnent l'exclusion. Elles sont très diverses, mais renvoient à un jugement prononcé par une instance officielle, s'appuyant sur des règlements et mobilisant des corps constitués.” (CASTEL, 1996, p.35)
- 8 “Oggi, il termine esclusione non suggerisce soltanto, diversamente da una decina d'anni fa, l'esistenza precaria dei cosiddetti soggetti sociali deboli, poveri, anziani o marginali. Descrive soprattutto la condizione dei diversi tipi di 'alieni' o 'nemici' che, secondo rilevanti settori dell'opinione pubblica, minaccerebbero la convivenza nelle metropoli ricche del mondo: stranieri interni ed esterni negli USA (la minoranza nera, gli immigrati centroamericani) e stranieri esterni nell'Europa di Maastricht, immigrati in primo luogo e poi profughi e nomadi.” (DAL LAGO, 1996, p.3)
- 9 “Inégalités et exclusions sont-elles ou non de même nature? Notre société, contrairement à ce qui se passait jusqu'en 1973, est caractérisée par la simultanéité de deux phénomènes, celui des inégalités et celui de l'exclusion. Face à cette double constatation, deux thèses se développent.” (FOUCAULD, 1992, p.47)
- 10 “Tout d'abord, celle qui analyse l'exclusion comme une forme extrême de l'inégalité, défendue, chacun à leur manière, par Robert Castel et Étienne Balibar” (FOUCAULD, 1992, p.47)
- 11 “A cette approche s'oppose celle d'Alain Touraine, selon lequel les deux problèmes n'ont rien à voir car *l'inégalité et l'exclusion*

28 • Avelino da Rosa Oliveira

superposées. La problématique inégalitaire vaut dans ce que Touraine appelle la société de production, marquée par la rationalisation, la modernité, et la bonne conjonction entre l'acteur et le système. La problématique de l'exclusion est liée à l'essor de la société de marché, caractérisée par le changement, la stratégie, la modernisation. Dans cette situation, un divorce croissant apparaît entre les demandes sociales et l'organisation, ou encore entre l'acteur et le système." (FOUCAULD, 1992, p.48)

- 12 "Nous vivons en ce moment le passage d'une société verticale, que nous avons pris l'habitude d'appeler une société de classes avec des gens en haut et des gens en bas, à une société horizontale où l'important est de savoir si on est au centre ou à la périphérie. Autrefois les gens d'en bas étaient profondément persuadés qu'ils pouvaient renverser la société au nom d'un autre modèle, comme le disent encore les derniers tenants de ce discours, les alternatifs. Si l'on proposait hier encore une autre société qualifiée d'anarchiste, de socialiste, de communiste, l'affaire n'est pas aujourd'hui d'être "*up or down*" mais "*in or out*": ceux qui ne sont pas *in* veulent l'être, autrement ils sont dans le vide social. Il n'y a plus de modèle alternatif, ce qui bouleverse tout." (TOURAINÉ, 1991, p.8)
- 13 "... quels sont les facteurs conduisant vers le ghetto, et quels sont ceux qui conduiront à un mélange d'intégration sociale et d'assimilation culturelle? Il faut alors ne pas se tromper: ce problème n'est pas un problème social, ce ne sont pas les mesures sociales qui pourront le régler, ce n'est pas à une action de type syndical qu'il faut aujourd'hui recourir, alors qu'elle a joué un rôle considérable dans la société de production." (TOURAINÉ, 1991, p.9)
- 14 "... l'une est l'idée que le bien ne peut venir que du centre et le mal de la périphérie, que le centre représente la Raison, l'Universel (l'école, l'État, etc.), tandis que la périphérie (les habitants, les gens, les entreprises, les intérêts, les professions) exprime uniquement l'intérêt. [...] La deuxième raison tient à ce que la mobilisation sociale s'est faite selon les lignes de la société de production: les entrepreneurs, les salariés, les enseignants, etc." (TOURAINÉ, 1991, p.10)

Educação e exclusão: a contribuição da Filosofia da... 29

- 15 “Je dis cela, moi qui suis sociologue de métier, et qui, de plus, ai une préférence marquée pour les mouvements proprement sociaux. Ce n’est pas leur temps. Nous ne sommes plus dans un temps de mouvements sociaux: nous y avons été, nous le serons demain et je suis prêt à dire lesquels et comment, mais pour l’instant, ce n’est pas là que ça se joue. La vie des sociétés est largement faite d’alternances entre les problèmes de conflictualité interne et les problèmes au contraire d’intégration et d’exclusion. Le problème d’aujourd’hui n’est pas l’exploitation, mais l’exclusion, par conséquent le problème concret est de créer les instruments et les formes d’action politique qui permettent une intégration sociale, avant qu’il ne soit trop tard et que nous entrions dans le modèle américain par ses plus mauvais côtés, c’est-à-dire la ségrégation et la ghettoisation.” (TOURAINÉ, 1991, p.13)
- 16 É exatamente isto o que ocorre quando identificamos, por exemplo, o valor de uso como condição genética do valor, o trabalho útil como gênese do trabalho abstrato, a vagabundagem como origem do trabalho assalariado. E isto nos adianta uma questão: os excluídos do capitalismo pós-industrial são a condição genética de que nova forma de integração subordinada? A resposta a esta pergunta é decisiva para o nosso tempo de modo geral e, particularmente, para pensarmos em políticas educacionais.
- 17 “Grad mit schuld bin an seiner ‘*Sophistication*’, wie die Engländer die Fälschung eines Handelsartikels nennen. Während langer, oft übernächtiger Debatten infizierte ich ihn zu seinem groben Schaden mit Hegelianismus, den er doch bei seiner Unkenntnis der deutschen Sprache nicht ordentlich studieren konnte.” (MEW, v.16, p.27)

Referências bibliográficas

- ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester. *Educação e cidadania: quem educa o cidadão?* 5.ed. São Paulo: Cortez, 1995. p.31-80 (Coleção Questões de nossa época; v.19)
- CASTEL, Robert. Les marginaux dans l’histoire. In: PAUGAM, Serge (Org.). *L’exclusion, l’état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte, 1996. p.32-41.
- DAL LAGO. Dentro/fuori. Scenari dell’esclusione. *aut aut*, Milano, n.275, p.3-7, 1996.

30 • Avelino da Rosa Oliveira

- DONZELOT, Jacques. Les transformations de l'intervention sociale face à l'exclusion. In: PAUGAM, Serge (Org.). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte, 1996. p.88-100.
- DUPUY, Jean-Pierre. La philosophie sociale et politique face à la misère de l'économie. In: PAUGAM, Serge (Org.). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte, 1996. p.52-65.
- FERRARO, Alceu Ravello. *Exclusão, trabalho e poder em Marx*. Texto inédito. abr./1999. 24p.
- FLICKINGER, Hans-Georg. Para que filosofia da educação? – 11 teses. *Perspectiva*, Florianópolis, v.16, n.29, p.15-22, jan./jun. 1998.
- FOUCAULD, Jean Baptiste de. Exclusion, inégalités et justice sociale. *Esprit*, Paris, n.182, p.47-57, juin 1992.
- LENOIR, Daniel. L'exclusion face au droit. In: PAUGAM, Serge (Org.). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte, 1996. p.78-87.
- MARX, Carlos. *Grundrisse*; lineamientos fundamentales para la crítica de la economía política – 1957-1958. México: Fondo de Cultura Económica, 1985. 2.v. (Obras Fundamentales de Marx y Engels, 6-7)
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. *Marx & Engels Werke (MEW)*. Berlin: Dietz Verlag, 1956-1993. 47v.
- MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. Inclui cartas de Proudhon a Marx, de Marx a Proudhon e outros, prefácios e notas de Engels. Tradução e Introdução de José Paulo Netto. 2.ed. São Paulo: Global, 1989. 225p. (Coleção Bases, 46)
- _____. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo: Global Editora, s.d. 128p. (Coleção Bases)
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993. 270p. (Textos Filosóficos, n.22)
- _____. *O Capital*; crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983-1985. 3v. (Os Economistas)
- _____. *Para a crítica da economia política : Salário, preço e lucro : O rendimento e suas fontes; a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. 242p. (Os Economistas)
- MERRIEN, François-Xavier. État-providence et lutte contre l'exclusion. In: PAUGAM, Serge (Org.). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte, 1996. p.417-27.
- MONGIN, Olivier. Le contrat social menacé? *Esprit*, Paris, n.182, p.5-11, juin 1992.

Educação e exclusão: a contribuição da Filosofia da... 31

- OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos 'existem'? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. *RBCS*, n.33, ano 12, p.49-61, fev. 1997.
- OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Karl Marx e a questão metodológica; uma análise a partir da *Miséria da Filosofia*. *Cadernos de Educação*, Pelotas, n.3, p.5-32, dez. 1994.
- _____. *Marx e a liberdade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997a. 186p. (Coleção Filosofia; 62)
- PAUGAM, Serge. La constitution d'un paradigme. In: _____ (Org.). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte, 1996. p.7-19.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Educação e violência simbólica: a exclusão social nas megacidades. *Revista Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.120, p.25-34, 1995.
- SCHNAPPER, Dominique. Intégration et exclusion dans les sociétés modernes. In: PAUGAM, Serge (Org.). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte, 1996. p.23-31.
- TOURAINÉ, Alain. Face à l'exclusion. *Esprit*, Paris, n.169, p.7-13, février 1991.
- VAN ZANTEN, Agnès. Fabrication et effets de la ségrégation scolaire. In: PAUGAM, Serge (Org.). *L'exclusion, l'état des savoirs*. Paris: Éditions La Découverte, 1996. p.281-91.
- WACQUANT, Loïc J. D. Proscritos da cidade: estigma e divisão social no gueto americano e na periferia urbana francesa. *Novos Estudos*, CEBRAP, n.43, p.64-83, nov./ 1995.
- WUHL, Simon. Chômage: de la longue durée à l'exclusion. *Esprit*, Paris, n.182, p.12-22, juin 1992.